

OS NOMES PRÓPRIOS NAS PSICOSES

Mariluci Novaes
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: *O paradigma clássico encontrado nas teorias discursivas ampara-se na concepção representativa da linguagem. O nome próprio, enquanto categoria de nominação transparente como ideal de representação pura,, reorienta as teorias lingüísticas para uma operação lexical, uma operação em que o sujeito se submete à objetividade representada. Em alguns sistemas delirantes nas psicoses, o ponto de partida da organização enunciativa se apóia em nomes próprios, numa aparente ancoragem do sujeito na designação de uma referência que implica a permanência do objeto. Para esclarecer algumas direções possíveis do papel dêitico do nome próprio na enunciação, tomaremos o caso de um relato de um psicótico, Schreber [1903(1995)], publicado no livro Memórias de um doente de nervos.*

PALAVRAS-CHAVE: *enunciação, discursos nas psicoses, Psicanálise*

ABSTRACT: *The representative conception of language is the classical paradigm in theories concerning discourses. Proper names become a lexical issue since they are a nomination category, a transparent pure representation. They role the central point in utterance organization in some delusion systems in psychosis. Doing so, the subject may be apparently supported by designation of a reference which implies the permanence of object. To clarrify some possible directions for the deitic role of proper names on utterances, it will be analysed some fragments of the book “Memórias de um doente de nervos” by Daniel Paul Schreber [1903(1995)].*

KEY WORDS: *utterance, discourses in psychosis, psychoanalysis*

Introdução

Real, Simbólico e Imaginário são três ordens psíquicas que norteiam as relações dos sujeitos nos discursos. Em *O seminário sobre as psicoses* (1988:18), Lacan apresenta o seguinte exemplo, mostrando como a relação do sujeito da enunciação com as três ordens a partir de um objeto no mundo – um carro vermelho – determinará a organização dos enunciados:

Se ele [o psicótico] encontra na rua um carro vermelho (...) Esse carro tem uma significação (...) essa intuição delirante (...) Será ela favorável? Será ameaçadora? Sem dúvida, o carro está ali por alguma razão. (...) Podemos encarar o encontro com o carro vermelho (...) numa função imaginária que (...) traduz-se pelo fato de que esse vermelho para o sujeito tê-lo-á feito ver vermelho (...) o caráter expressivo e imediato da hostilidade ou da cólera (...) enfim, podemos compreender o carro vermelho na ordem simbólica, a saber, como é compreendida a cor vermelha num jogo de cartas, isto é, enquanto oposta ao preto, como fazendo parte de uma linguagem já organizada.

No nível discursivo, o sujeito do enunciado – um sujeito submetido ao código social de identidade designada no exterior – sofrerá restrições também do código da língua e forçosamente terá que fazer ajustes lingüísticos ao se

referir ao carro vermelho. Sendo assim, o sujeito da enunciação submete-se ao sujeito do enunciado, aceita suas imposições e censura qualquer expressão bizarra acerca do carro ou da cor vermelha. O sujeito da enunciação, ao contrário do sujeito do enunciado, é da ordem inconsciente e é representado por um significante em relação aos outros da cadeia que o suporta. Ou seja, o sujeito do enunciado não corresponde ao sujeito da enunciação, já que são escravos de senhores diferentes.

Posso adiantar que, nos estados de psicoses, essa não correspondência entre enunciação e enunciado decorre de uma certa peculiaridade da ordem simbólica na interseção com a ordem imaginária que falhará na sua função de dissimular as exigências do inconsciente frente ao real, não permitindo a estabilização das cenas enunciativas. Eu proponho o termo “cena enunciativa”, numa clara alusão ao estudo de Mannoni (1969) sobre o papel da ordem imaginária diante do jogo de ilusão no teatro, em *Clefs pour l’Imaginaire ou l’Autre Scène*. A metáfora do jogo realizado no teatro, em que um ator desempenha às vezes mais de um personagem no palco, é pertinente para se refletir sobre o conflito entre consciente e inconsciente e entender porque os espectadores se identificam com um ou mais personagens mesmo sabendo que o ator empresta apenas um corpo para enunciados estranhos ao ator e entre os próprios personagens. No jogo de faz-de-conta tem-se que esquecer que é um faz-de-conta para que haja identificação imaginária. Nas cenas enunciativas nas psicoses, algo semelhante acontece quando o sujeito muda de cena para entrada de um outro “personagem”, só que não há identificação imaginária porque o interlocutor espera que o sujeito do enunciado mantenha-se coeso numa única identidade do sujeito da enunciação.

Assim, como ordens psíquicas em funcionamento nos discursos, seus papéis são decisivos nos efeitos de sentidos sobre os interlocutores, já que a identificação imaginária que entra em funcionamento na situação discursiva é definitiva na tomada do outro enquanto semelhante. Quando não há identificação, os efeitos de sentidos dão lugar aos efeitos de estranhamento. Mas o imaginário sozinho seria pura dispersão. A relação do sujeito do enunciado com o sujeito da enunciação se dá porque há um movimento constante de simbolização, apoiada no material lingüístico, que dê sentido ao real. O real, bem-entendido, considera-se aquilo que se apresenta ao sujeito da enunciação como enigma e que deixa de ser real ao passar pelo crivo do imaginário e do simbólico. O resultado é o enunciado.

As urgentes demandas do sujeito da enunciação

A não-correspondência entre enunciado e enunciação não é uma característica exclusiva das psicoses, já que a consequência imediata do movimento entre as três ordens psíquicas é o equívoco, pois alguma coisa que é dita no plano do enunciado sempre poderá ser outra coisa já que o acordo com o plano da enunciação é temporário. Pode-se falar outra coisa em seguida, às vezes até contraditória. Não há certeza de nada. E isso faz parte da dimensão humana e não somente da dimensão humana das psicoses.

No uso dos nomes próprios nas cenas enunciativas nas psicoses, percebe-se sua função designativa atrelada à função de interpelação virtual (o

sentido de interpelação virtual foi tirado de Granger, 1982). A interpelação diz respeito ao próprio jogo enunciativo. Alguém é chamado para dentro da cena enunciativa, a partir de um nome próprio. Granger destaca que a questão dos nomes próprios não é semântica, e sim pragmática, querendo dizer com isso que o uso dos nomes próprios encontra-se norteado por relações do enunciado com as circunstâncias de enunciação. Assim, se a referência do nome ‘Daniel Paul Schreber’ não pode ser descrita não é porque ela não depende da língua, mas porque ela depende da enunciação. Sua especificação radical é de natureza pragmática. Sua função de interpelação virtual vem do fato de que o nome é livremente atribuído a um indivíduo em seu nascimento e esse designador rígido (no sentido formulado por Kripke) identifica aquele indivíduo independentemente dos predicados que possam ser atribuídos a ele. Assim, de um ato de nomeação primeiro, toda sua evocação se dará na forma de interpelação numa cena enunciativa.

O nome Schreber é emblemático para levantar questões a respeito do ato de designar e interpelar nas cenas enunciativas. Daniel Paul Schreber escreveu seu famoso livro em 1900 com o mais bem elaborado delírio de que se tem notícia. Paralelamente à escrita do livro, ele interpõe recurso, apelando da sentença que interditava o seu direito pleno de administrar seus bens de modo autônomo. Após idas e vindas de laudos periciais e recursos impetrados por ele, Schreber acaba ganhando a causa em 1902.

O presidente da Corte de Apelação, em afastamento, sr. Dr. Daniel Paul Schreber, de Dresden, foi transferido, para fins de tratamento, para o sanatório da província a 29 de junho de 1984, e desde essa data aí permaneceu de modo ininterrupto (parte do laudo médico-legal assinado por Dr. Weber)

No fragmento acima, o nome “Daniel Paul Schreber” desempenha duas funções: designativa e interpelativa. Ao ser chamado à cena enunciativa pelo dr. Weber, o perito judicial, desse lugar o Schreber que entrou com recursos na Corte de Apelação, do qual é presidente em afastamento, nem sempre pode responder.

Estou persuadido de que no meu corpo podem ser observados certos fenômenos inteiramente inexplicáveis pela experiência científica comum (...) Afirmando, portanto, que **no meu corpo, em particular no peito, estão inteiramente presentes as peculiaridades correspondentes ao sistema nervoso de um corpo feminino**, e estou convencido de que um exame físico o comprovaria. (assinado por Dr. Schreber, presidente da Corte de Apelação, em afastamento)

Fica claro que o nome Schreber participa de cenas enunciativas apontando designações ora em acordo ora em desacordo com o perito. Schreber responde e assina como presidente da Corte, porém é de um outro lugar enunciativo que ele designa por Schreber um corpo feminino. O desacordo não fica só evidente nas cenas conflitantes em que Schreber atua. Um outro perito atravessa confortavelmente por essas cenas estranhas e dirige-se ao Schreber, seu colega da Corte:

Uma pessoa que demonstra ser capaz de conduzir uma questão jurídica tão difícil e intrincada como essa, com documentos por ela mesmo elaborados, com prudência, conhecimento de causa e, **no que diz respeito à consideração pela opinião dos**

outros, com tanto tato e discrição, merece certamente a confiança na sua capacidade de conduzir de modo razoável as questões muito mais simples e menos importantes da vida civil.

Cabe ao sujeito do enunciado manter o acordo com seu interlocutor. Percebe-se que os interlocutores de Schreber, no processo, participam imaginariamente das cenas montadas pelos sujeitos dos enunciados. O desacordo entre o Schreber, presidente da Corte, e o Schreber que nomeia um corpo feminino, vai sofrer uma dissipação temporária através do recurso de atribuir predicados incongruentes e ações estranhas incompatíveis ao nome Schreber, o presidente da Corte, a vezes outras com suas cenas particulares de enunciação, cenas nitidamente marcadas como exteriores ao sujeito do enunciado

Partes pequenas da alma de Flechsig, que permaneciam bem longe e que por isso muitas vezes ficavam muito tempo sem entrar em contato com meus nervos, costumavam exclamar, repetidas vezes, como que admiradas: “Mas, então, ele ainda não foi emasculado?” Não raro, os raios divinos, aludindo à emasculação supostamente iminente, acreditavam poder zombar de mim como “**Miss Schreber**”.

Vozes alheias ao sujeito do enunciado, portanto, o chamavam de Miss Schreber. Vozes que vêm de um Outro lugar, que apesar de marcar um desacordo entre os dois planos – de enunciado e enunciação – paradoxalmente tentam dar um apaziguamento a esses dois estados em discordância - “Não fui eu quem ...” me chamei “Miss Schreber” nos avisa Schreber. Será o fim do desacordo?

... não contesto o fato de que meu sistema nervoso, há vários anos, se encontra em um estado patológico. Mas contesto categoricamente ser ou de ter sido doente mental. Minha mente, isto é, o funcionamento das minhas forças intelectuais, é tão clara e saudável quanto a de qualquer outra pessoa, e – com exceção de algumas idéias hipocondríacas sem importância – tem sido assim desde o início da minha doença nervosa. Conseqüentemente, o parecer do senhor perito, à medida que supôs em mim a presença de paranóia (loucura), incorre em uma ofensa tão grave à face da verdade, que é difícil imaginar algo pior.

Zizek [1990(1992)] faz uma diferenciação entre o eu como instância ativa de síntese e o Outro, enquanto lugar de formulação de enunciação desconhecido do sujeito. Há, portanto, uma tensão fundamental e irreduzível entre o sujeito do enunciado que se nomeia “eu”, estruturado de acordo com os valores sociais, e os impulsos inconscientes (do Outro) que a ele se opõem, no lugar do sujeito da enunciação. Nesse conflito, o sujeito da enunciação vê-se numa realidade histórica alienada em si mesma na produção do enunciado. Para Schreber, juiz-presidente da Corte de Apelação na cidade de Dresden, respeitado pelos seus pares, essa era uma realidade histórica terrível.

Ora, para mim é algo subjetivamente certo que em meu corpo – em conseqüência de milagres divinos, segundo minha concepção, repetidas vezes demonstrada – esses órgãos se apresentam do mesmo modo que ocorre exclusivamente no corpo da mulher (...) especialmente se penso em coisas femininas, chegar a uma sensação de volúpia correspondente à feminina ...

Não havia sempre uma instância em Schreber que barrasse tal fatalidade ao sujeito do enunciado. Naturalmente, a realidade imaginária social entra no inconsciente sempre já traduzida na linguagem do Outro, ou seja, do inconsciente. Sendo assim, uma formação discursiva sobre a homossexualidade como uma doença ou uma vergonha para o homem aparecerá nos discursos sempre travestida da relação que essa formação imaginária manteve com a realidade simbólica e com o real que fica resistindo à simbolização. Era uma vergonha ser mulher, ser Miss Schreber, mas isso não impedia que a enunciação aceitando a emasculação fosse feita no enunciado. Mesmo atribuindo aos raios divinos o lugar da enunciação, a realidade simbólica de Schreber não rejeita o seu desejo de ser mulher. O sujeito da enunciação é captado de tal forma performativa que, mesmo sendo colocado numa certa relação de exterioridade com essa verdade - o lugar da “realidade objetiva dos fatos”, do sujeito do enunciado - , ele enuncia de um lugar inabalável.

Conclusão

A enunciação é o ato simbólico do sujeito, regido pela leis da língua e da cultura, enquanto o enunciado é o resultado desse ato, também regido por princípios pragmáticos imaginários que atam o laço social, mas no campo das psicoses, “nunca se lida com outra coisa que não os diversos modos de desacordo” (Allouch, 1995:157). Schreber invocou uma segunda pessoa para enunciar: “não fui eu quem me chamou de Miss Schreber”. Assim mesmo, esse mesmo Schreber não desconhece “estar falando de algo que lhe falou”

Linguísticamente, os embreadores no enunciado servem como marcas discursivas que acabam com as possibilidades apaziguadoras que a separação entre o sujeito do enunciado que se reconhece como Schreber, presidente da Corte, e a Miss Schreber nomeada pelas vozes poderiam executar. De ambas as cenas enunciativas surge na materialidade do embreador “eu” o desacordo entre enunciado e enunciação, logo ele que nas teorias linguísticas costuma ser associado a um sujeito intencional (ao ego, para Benveniste) que se apropria da língua colocando-a no discurso. Entre o dito e o dizer, há uma ruptura lógica entre aquilo que o enunciado produz como efeitos de sentidos e como o sujeito de enunciação se posiciona em relação à cadeia de significantes que o suporta, sua realidade simbólica.

Nesse conflito, o sujeito da enunciação vê-se numa realidade imaginária alienada em si mesma na produção do enunciado. O simbólico dá as coordenadas materiais, isso pode, isso não pode. O imaginário tem que se arranjar com esse material simbólico para manter o laço social entre os sujeitos nos discursos e o real fica de boca aberta, à espreita, para deixar suas marcas no silêncio das pausas das frases interrompidas. São pausas que não falam, já que, no real, todos os recursos linguísticos são inócuos e é esse real que aparece nos interstícios, nas lacunas das frases interrompidas.

O sistema do não-falar-até-o-fim se aperfeiçoou cada vez mais com o correr dos anos, à medida que as almas começaram a deixar de ter pensamentos próprios. Há anos são pronunciadas dentro dos meus nervos, com enorme frequência e repetições aos milhares, apenas conjunções isoladas ou locuções adverbiais, destinadas a introduzir orações secundárias com qualquer conteúdo que satisfaça o espírito pensante. Assim,

ouço há anos, todos os dias, repetidas centenas de vezes, faladas dentro dos meus nervos, as palavras totalmente desconexas: “Mas por quê?”, “Por isto, porque que eu” (...) “Agora eu vou me”, “Você deve de fato”, “Nisto eu quero” ...

Ao não se satisfazer com as bizarrices lingüísticas conduzidas pelo mestre de cerimônia, o nosso velho conhecido embreador – eu -, bizarrices essas imprescindíveis para que o sujeito do enunciado possa enfim se projetar no discurso, a frase é interrompida porque ao sujeito da enunciação só resta submeter-se a um real incontrolável, sem lei da língua que poderia lhe dar a materialidade simbólica e sem as crenças imaginárias que poderia lhe dar o aceite da ordem social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALLOUCH, Jean. *Letra a Letra: transcrever, traduzir, transliterar*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995

GRANGER, Gilles. A quoi servent les noms propres? *Langage*, no. 66, p. 21-36, 1982

LACAN, Jacques. *O seminário: livro 3 As psicoses*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988

MANNONI, Octave. *Clefs pour l'Imaginaire ou l'Autre Scène*. Paris: Éditions du Seuil, 1969

SCHREBER, Daniel Paul. *Memórias de um doente dos nervos*. Tradução de Marilene Carone. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S. A, 1995

ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992